PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Rua Jorge Victor Vieira, nº 63 – Centro – CEP: 06950-000

Fone/Fax: (11) 4681-4311

EDITAL 02/2020 PUBLICADO COM RECURSOS DA LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC Nº 14.017/2020

ANEXO 5 - EDITAL 02/2020 DE SELEÇÃO – ESPAÇOS E TERRITÓRIOS CULTURAIS

Critério objetivos de enquadramento e ranqueamento para a seleção dos Espaços e Territórios Culturais da cidade de Juquitiba -SP, que serão apoiados com recursos emergenciais da Lei Federal de Emergência Cultural Aldir Blanc nº 14.017/2020.

ATENÇÃO:

1. TODAS AS INFORMAÇÕES DECLARADAS NESTE QUESTIONARIO DEVEM DISPOR DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS PARA QUANDO SOLICITADOS.

Nome do Espaço/Grupo/coletivo:

CPF/OU CNPJ do responsável pelo espaço:

Endereço do Espaço:

Telefone para contato: e-mail:

Perguntas para escalonamento e classificação e pontuação do Espaço. Marcar " x" na opção.

Escalonamento dos Recursos		Pontuação		
Item	Descrição	2 pontos	3 pontos	5 pontos
1	**SITUAÇÃO DO LOCAL DE FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADE CULTURA**	a) ESPAÇO PÚBLICO (ESCOLA, PRAÇA, RUA, QUADRA OU PRÉDIO PÚBLICO)	b)ESPAÇO PRÓPRIO, PREDIO PÚBLICO CEDIDO/EMPRESTADO	c)ESPAÇO ALUGADO, ESPAÇO PRÓPRIO FINANCIADO
2	**QUANTIDADE EM MÉDIA, DE AGENTES CULTURAIS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO CULTURAL EM 2019**	ATÉ 03 AGENTES CULTURAIS	DE 04 A 10 AGENTES CULTURAIS	ACIMA DE 11 AGENTES CULTURAIS

EDITAL 02/2020 PUBLICADO COM RECURSOS DA LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC Nº 14.017/2020

3	**TRABALHADORES COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO ESPAÇO/EMPRESA**	DE 01 A 02 TRABALHADOR	DE 03 A 04 TRABALHADORES	05 OU MAIS TRABALHADORES
4	**DESPESA MENSAL COM LOCAÇÃO OU FINANCIAMENTO DO ESPAÇO/EMPRESA**	ATÉ R$ 1.000,00	DE R$ 1.000,00 ATÉ R$ 2.000,00	ACIMA DE R$ 2.000,00
5	**DESPESA DO ESPAÇO/EMPRESA COM ENERGIA NOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019 E JANEIRO E FEVEREIRO DE 2020**	ATÉ R$ 300,00	DE R$ 301,00 ATÉ R$ 500,00	ACIMA DE R$ 500,00
6	**DESPESA DO ESPAÇO/EMPRESA COM ÁGUA OS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019 E JANEIRO E FEVEREIRO DE 2020**	ATÉ R$ 300,00	DE R$ 301,00 ATÉ R$ 500,00	ACIMA DE R$ 500,00
7	**TELEFONE, INTERNET NOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019 E JANEIRO E FEVEREIRO DE 2020**	ATÉ R$ 300,00	DE R$ 301,00 ATÉ R$ 500,00	ACIMA DE R$ 500,00
8	**DESPESA DO ESPAÇO COM IPTU 2020**	ATÉ R$ 750,00	R$ 751,00 ATÉ R$ 1.500,00	ACIMA DE R$ 1.500,00
9	**OUTRAS DESPESAS NÃO PREVISTAS NESTE EDITAL NOS MESES DE NOVEMBRO E**	ATÉ R$ 750,00	DE R$ 751,00 ATÉ R$ 1.500,00	ACIMA DE R$ 1.500,00

	DEZEMBRO DE 2019 E JANEIRO E FEVEREIRO DE 2020			
10	**FATURAMENTO / RECEITA DO ESPAÇOCULTURAL REFERENTE A 2019: EMPRESA/COOPERATIVA**	ATÉ R$ 30.000,00	DE R$30.000,01 ATÉ R$ 50.000,00	ACIMA DE R$ 50.000,01
11	**FATURAMENTO / RECEITA DO ESPAÇOCULTURAL REFERENTE A 2019: COLETIVO/PF/OSC**	ACIMA DE R$ 50.000,00	DE R$ 10.000,00 ATÉ R$ 50.000,00	DE R$ 0,00 ATÉ R$ 10.000,00
12	**PORTE E FINALIDADE ECONÔMICA DO ESPAÇO CULTURAL**	EPP/ME	MEI/PF	COLETIVO/COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO/OS/FUNDAÇÃO
TOTAL				

OBSERVAÇÃO: Em conformidade com as especificações descritas no Capitulo XIX do Decreto
Municipal nº 52/2020: Do Relatório Final de Atividades, o beneficiário do subsídio previsto no edital 02/2020 deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício ao Município, em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio, assim como comprovar informações declaradas de acordo com o Art. 24 do Decreto Municipal nº 52/2020 em seu item 3.5.

DECLARO, sob as penas previstas na legislação, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, e que estou ciente das penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal*.

EDITAL 02/2020 PUBLICADO COM RECURSOS DA LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC Nº 14.017/2020

Juquitiba, ____ de _____ de 2020.

_____

NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL

(Assinatura igual à do documento de identificação)

*Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal: "Artigo 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular."